

“Governo brincou de negociar”

DANIELLA MENDES E
FRANKLIN MARTINS

— **Será que adianta conquistar reajuste mensal, quando os empresários vão repassá-lo aos preços?**

— A elite brasileira tem vendido esse argumento de forma tão competente que muitos trabalhadores concordam. A elite diz aos trabalhadores que eles não devem se preocupar em ter política salarial, têm é que combater a inflação, porque ela é o grande inimigo. Isso cola, mas é mentira. Que poder tem o *zé povinho*, que ganha salário, para combater a inflação? Quem pode combater a inflação é a elite, que eleva os juros, sobe as tarifas públicas, no caso do governo, aumenta os preços, e negocia a dívida interna e externa. Querem jogar para cima do trabalhador uma responsabilidade que é da elite. Nós temos é de correr atrás da inflação, correr atrás do prejuízo. É só o que podemos fazer.

— **Mas será que não pode acontecer agora o mesmo que no final de 89 e início de 90, quando os reajustes eram mensais e a inflação chegou a 80%?**

— Naquela época era fim de governo, ninguém sabia para onde ia o país, criaram um medo enorme em cima da candidatura do Lula, um verdadeiro terrorismo. A situação hoje é outra. Não há possibilidade de uma explosão inflacionária, mas acho que o governo tem de chamar a sociedade para uma discussão.

— **O governo foi surpreendido no episódio da aprovação pela Câmara dos reajustes mensais. Como isso aconteceu?**

— O governo não foi surpreendido. Simplesmente não negociou seriamente. Desde setembro venho discutindo a questão no Congresso. O Itamar assumiu em outubro do ano passado, o ministro Walter Barelly entrou no governo e, em dezembro, depois de muita guerra, consegui que a política salarial mudasse. Mostrei ao Barelly que era um absurdo que os salários tivessem antecipação bimestral e o mínimo somente fosse reajustado no quadrimestre. Então o mínimo passou a ter antecipação bimestral, e as antecipações aumentaram de 50% da inflação do bimestre para 60%. Além disso, houve uma ampliação nas faixas beneficiadas, que passaram de três para seis salários mínimos. Na época eles me falaram que essa política salarial seria provisória, pois, se a inflação ultrapassasse 20% ao mês, os reajustes passariam a ser mensais. Em abril, todos os indícios eram de que a inflação mudaria de patamar e eu fui para cima do Barelly. Ai eles começaram a me enrolar e a brincar de negociar com a gente.

— **Brincar como?**

— Quem tem experiência de negociação sindical sabe quando a conversa é para valer ou não. Na mesa de negociação, o governo ficava procurando encontrar contradições entre os deputados da Comissão de Trabalho da Câmara. Era quase um deboche, um desrespeito aos deputados que iam lá. Então eu disse ao Barelly que não ia mais sentar com ele porque era perda de tempo, já que ele não decidia nada. Reivindiquei uma reunião com os outros ministros, mas ela nunca aconteceu. Dai eu engrossei e disse que ia ao Itamar. E avisei que se ele não me recebesse eu ficaria na porta esperando. Pediria uma pizza e uma cervejinha, e ficaria na porta da sala dele até ser recebido. Marcou-se a reunião e eu levei a proposta de reajuste mensal já aprovada na Comissão de Trabalho. O presidente pediu 90 dias de prazo e ajuda para aprovar seu Plano de Metas. Pelo nosso lado, pedi o apoio do presidente para a nossa proposta. O Itamar então designou o Barelly como negociador. Só que a negociação nunca andou.

— **O senhor acha que o governo subestimou a capacidade de mobilização de vocês?**

— O governo foi um pouco irresponsável diante da seriedade da situação e do número de parlamentares envolvidos. Tenho alguns anos de cadeira de negociação e sei quando estão me tirando para bobo. Só que enquanto eu conversava com o Barelly, e ele ficava ganhando tempo, eu conversava também com o movimento sindical, que pediu tempo para mobilizar os trabalhadores.

— **Como foi essa articulação?**

— Visitamos deputado por deputado, nos articulamos nas câmaras de vereadores para tirar moção de apoio nos estados, ganhamos os partidos para a causa e os candidatos à Presidência sinalizaram que estavam do nosso lado. Então o Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda e disse que a negociação dos salários era com o Barelly.

— **A negociação continuou emperrada?**

— Na véspera da votação na Câmara, Barelly e Britto (*Antônio Britto, da Previdência*) marcaram uma reunião às 10h no Ministério do Trabalho com parlamentares, empresários e sindicalistas. Dez minutos antes, o Barelly me ligou e disse que a reunião seria adiada porque eles ainda não

BRASÍLIA — Metalúrgico, sindicalista, gaúcho de Caxias do Sul, o deputado Paulo Paim (PT-RS), autor da proposta de reajustes mensais dos salários, acha que o governo sofreu uma derrota fragorosa na aprovação do projeto porque não levou a sério a discussão. “Eles brincaram de negociar com a gente, nunca apresentaram uma contraproposta. As reuniões mais pareciam um deboche, um desrespeito aos deputados envolvidos com o assunto”, afirma Paim, que já ficou 36 horas a pão e água no plenário da Câmara, no final de 1991, quando reivindicou a concessão de um abono salarial para os trabalhadores. Apesar de defender o projeto, que esta semana será apreciado pelo Senado, Paim revela que, em sua opinião, a prefixação de preços e salários é a melhor

política. “É um instrumento de combate à inflação que preserva o poder de compra do trabalhador”, explica o deputado. De acordo com Paim, depois de aprovado o reajuste mensal, a prefixação seria o passo seguinte, numa negociação envolvendo trabalhadores, empresários, o governo e o Congresso. Paim não poupa críticas ao ministro do Trabalho, Walter Barelly, seu antigo mentor e parceiro no governo paralelo de Lula. “Sua atuação é um desastre total”, sentencia. O deputado petista diz que está mais fácil conversar com o senador José Sarney (PMDB-AP), com o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, e com o deputado Delfim Netto (PPR-SP) do que com o ministro do Trabalho. “O Delfim é mais coerente que o Barelly, que pregava uma coisa e hoje faz outra.”



Brasília — Jamil Bittar

tinham dados e estavam estudando uma contraproposta. Ele me propôs um encontro mais tarde com o líder do governo, Roberto Freire, e eu fiquei aqui na Câmara. Só que a reunião começou no ministério. Não quero fazer mau juízo de ninguém, mas acho que jogaram de propósito para me afastar da reunião, queriam mostrar que havia um racha entre nós. Na hora me deu um estalo, resolvi ligar para lá às 11h e fiquei sabendo que a reunião estava ocorrendo normalmente. Fiquei furioso e me mandei para lá. Chegando ao ministério, esclareci o que havia acontecido. Foi um mal-estar geral. O Jair Meneguelli se levantou, disse que o governo estava brincando e saiu. Perguntei se haveria outra reunião mais tarde para o governo apresentar números e dados. O Britto disse que não, o Barelly disse que o Freire marcaria. Esperamos a tarde toda e o Freire não marcou nada.

— **Ai a questão foi para o voto?**

— Sim. Com a urgência urgentíssima aprovada, chamamos o povo para a Câmara, o pessoal foi fazer pressão nos estados, nas assembleias legislativas e ficamos no aeroporto conversando com deputados que chegavam. Fui para a tribuna da Câmara e dei entrevista a rádios do Nordeste dizendo que eu duvidava que os parlamentares da região fossem dançar quadrilha enquanto a proposta de reajuste mensal ia à votação.

— **O governo achava que não haveria quorum para votar o reajuste mensal porque os deputados do Nordeste iriam para as festas de São João, de forte tradição na região. Vocês estavam seguros de que derrotariam São João?**

— O Diap (*Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar*) fez uma pesquisa que dava conta de que haveria uma presença mínima de 300 deputados, com 11 votos contra o reajuste mensal e 30 abstenções. Estávamos tranquilos. Quando deu 14h30, fui para a tribuna e avisei que ia dar quorum, que havia mais de 300 deputados na Casa dispostos a votar quando soasse a campainha. De 20 em 20 minutos eu falava isso, e o governo quieto. Pouco depois das quatro da tarde, quando a campainha começou a tocar para a votação, os deputados foram descendo para o plenário. Na reta final, quando todos viram que o projeto seria aprovado, Freire, Genebaldo Correia e Germano Rigotto (*líder e vice-líder do PMDB*) me perguntaram se eu estava disposto a continuar negociando, após o projeto aprovado. Da tribuna disse que sim, que o canal de negociação continuava aberto.

— **O senhor acha que o deputado Roberto Freire, líder do governo, agiu corretamente votando a favor do reajuste mensal, quando o governo estava contra?**

— Acho. Se ele não libera as bancadas, o governo não teria nem 11 votos. O Con-

gresso funciona assim. Alguém acredita que, depois que ficou claro que a proposta passaria, algum deputado ia votar contra só para marcar posição? Todo mundo sabia que ia passar. Todos os líderes se manifestaram favoravelmente. O que Freire fez? Salvou o resto da lavoura, porque senão seria uma derrota vergonhosa. Ele foi competente ao votar a favor, seu gesto facilitou a negociação posterior.

— **O senhor acha que a luta para abreviar a periodicidade dos reajustes está chegando ao limite ou, depois do reajuste mensal, a reivindicação será para torná-los quinzenais?**

— Aprovada a mensalidade, temos que partir para um segundo momento, ter uma política salarial que combata a inflação. Minha proposta é de pré-fixação. É um instrumento que ataca a inflação mas preserva o poder de compra do trabalhador. Tem que ter muita cabeça boa para fazer isso funcionar, mas acho que é possível. Tenho um projeto pronto sobre isso, já levei essa proposta ao governo, mas foi recusada.

— **Como funcionaria a prefixação?**

— Só funciona com muita grandeza de todas as partes. Tem que botar na mesa empresário, trabalhador, governo e parlamento. Suponhamos que a inflação no mês foi de 25%. Sem engessar a economia, todas as partes podem decidir trabalhar para que a inflação no mês seguinte seja, por exemplo, de 20%. E o trabalhador não perderia nada, porque nesse mês ele receberia os 25%. Só que todo mundo firmaria o compromisso de não aumentar nem preços nem juros acima de 20%. No fim do mês, os parceiros se reuniram de novo e analisariam os resultados. Se não deu para chegar a 20% mas ficou em 21%, ficaria valendo esse índice. É um sistema em que todos os agentes da sociedade que são co-participantes. Seria como uma câmara setorial em escala nacional.

— **Dá para negociar um acordo nestes termos no Senado?**

— Estamos propondo isso desde dezembro, mas o governo bombardeou a proposta. Dizia que criava expectativa inflacionária. Seria uma proposta flexível. Por exemplo, se por causa de uma enchente for impossível o chuchu ter o mesmo índice dos demais itens, seria aberta uma exceção. Seria um compromisso de negociação permanente para viabilizar o país e ir reduzindo a inflação. Porque quando a inflação chegar a um patamar de 3%, 4%, 5% ao mês, não quero nenhum tipo de política salarial. Quero livre negociação.

— **Por que não agora?**

— Hoje não dá para ter livre negociação porque o empresário, na hora de aumentar seus preços, não negocia com o consumidor. Nesse momento nós temos um fato real: uma inflação que ultrapassou os 30%. Temos que aprovar uma política salarial de acordo com essa inflação e nos preparar

para a negociação da prefixação, que já está sendo chamada de Câmara Nacional da República.

— **E o risco de rombo no caixa da Previdência?**

— Isso é uma inverdade. Vou usar palavras do deputado Reinhold Stephanes, ex-ministro da Previdência, que na minha opinião é o maior conhecedor do assunto. O Britto já pegou o barco da Previdência andando, graças ao Stephanes, só continuou a remar. O Stephanes diz que depois que a inflação passa dos 20%, não há problema de reajuste mensal para a Previdência. Se o trabalhador recebe mais, recolhe mais. Além disso, os juros altos favorecem a Previdência, porque ela hoje sobrevive em grande medida da especulação financeira. É falso esse discurso de que o reajuste mensal daria um rombo na Previdência.

— **O que o senhor sentiu quando viu o deputado Delfim Netto batendo palmas para o reajuste mensal?**

— A realidade é tão grave que, nesse momento, as pessoas que têm um mínimo de consciência e de visão são obrigadas a caminhar com a gente em favor dessa proposta. Quem diz que os conservadores estão apoiando o projeto por oportunismo é porque não quer aprovar o reajuste mensal. Esta questão não é ideológica, é de sobrevivência. As pessoas estão sensíveis para o fato de que o trabalhador não pode comer menos 30% a cada mês. Até o Itamar fala que não entende como tudo sobe 30% ao mês, menos os salários. Se o Itamar tem um mínimo de sensibilidade, e eu acho que ele tem, está torcendo pelo reajuste mensal.

— **O que o senhor pensa da atuação do ministro Walter Barelly? Estão em trincheiras opostas?**

— E bota oposta nisso. Quando o Barelly foi indicado para ministro, o Lula pediu minha opinião. Disse que achava interessante, porque o Barelly era nosso companheiro, seria bem melhor discutir política salarial com ele. Só que foi um desastre total. A minha decepção com o Barelly é enorme. Ele nega tudo aquilo que fez, nega sua história. Quando um homem público faz isso, é lamentável. São coisas assim que contribuem para que apenas 9% da população acreditem nos homens públicos desse país. O Barelly caminhava pelo Brasil, no movimento sindical, pregando tudo isso que eu estou falando aqui. Agora está contra.

— **Então o senhor, em matéria de salário, está hoje mais próximo de Delfim Netto do que de Walter Barelly?**

— O Delfim é mais coerente que o Barelly. Ele fala que, com uma inflação dessas, não dá para não ter reajuste mensal. O Barelly pregava uma coisa e hoje faz outra. Eu, se fosse ele, preferiria sair do governo a abrir mão das minhas convicções.